

Brasília, 08 de setembro de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Domingo, 06 de setembro de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

Lei de Arbitragem, 30 anos: desafio é chegar aos pequenos e médios empresários 3

O Globo

Segunda-feira, 07 de setembro de 2026 | Direitos Autorais

Para OpenAI, direitos autorais não podem barrar o progresso 5

O Globo Online

Domingo, 06 de setembro de 2026 | Direitos Autorais

Pagamento de US\$ 1,5 bi da Anthropic por livros pirateados gera briga entre autores... 7

Domingo, 06 de setembro de 2026 | Direitos Autorais

Em disputa com NYT, OpenAI diz que direitos autorais não podem ficar no caminh... 10

Lei de Arbitragem, 30 anos: desafio é chegar aos pequenos e médios empresários



Câmaras como a CEMAAC buscam reduzir custos e tornar o método acessível a negócios menores

Toda pequena empresa que já precisou recorrer à Justiça sabe: o processo judicial pode ser lento e caro. E, mesmo quando a razão está ao seu lado, o tempo e o custo de um litígio, muitas vezes, acabam prejudicando quem menos pode arcar com essa demanda. É diante desse cenário que ganham espaço, no Brasil, mecanismos como a conciliação, a mediação e a arbitragem, todos regulamentados por lei e reconhecidos como caminhos mais rápidos e objetivos para a defesa de direitos. Para o pequeno empreendedor, trata-se de uma inovação jurídica ainda pouco explorada, mas plenamente disponível.

No centro desse movimento está a Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996), que completa 30 anos no dia 23 de setembro. Apesar da idade, ela continua sendo considerada uma das legislações mais modernas do mundo sobre o tema, citada como referência e adotada como modelo por outros países.

Um marco importante em sua trajetória ocorreu em 2002, quando o Supremo Tribunal Federal declarou sua constitucionalidade, decisão que impulsionou o crescimento da arbitragem no País. Entre as vantagens mais citadas para as empresas estão o custo, a celeridade e a especialização de quem julga cada caso. Ainda assim, a própria trajetória da lei revela uma contradição: embora o texto não estabeleça nenhum limite de valor ou de complexidade para o uso da arbitragem, na prática, ela se consolidou, ao longo desses 30 anos, como ferramenta associada a

grandes contratos e a operações de alto valor.

Pequenos e médios empresários, mesmo interessados, historicamente, não tiveram acesso à arbitragem, não por vedação legal, e sim por uma questão financeira: as custas cobradas pelas grandes câmaras, estruturadas para litígios de grande porte, tornavam o caminho inviável para negócios menores. É nesse ponto que entra o papel de instituições dedicadas a democratizar o acesso à arbitragem.

E a história da arbitragem na Associação Comercial de São Paulo (ACSP) antecede em muitas décadas a própria Lei. Desde o início do século 20, a entidade já defendia mecanismos privados de solução de conflitos empresariais e, em 1927, deu um passo pioneiro ao criar, em parceria com cinco câmaras de comércio estrangeiras, uma **Câmara de Arbitragem** Internacional.

Embora a iniciativa não tenha prosperado à época por falta de reconhecimento do Poder Judiciário, a ACSP consolidou uma tradição de incentivo ao diálogo, à conciliação e à arbitragem, difundindo entre o setor produtivo uma cultura de resolução consensual de controvérsias muito antes de sua regulamentação legal.

Quando tiveram início as discussões que culminaram na Lei de Arbitragem, a Associação participou ativamente dos debates que resultaram no texto aprovado, contribuindo para o fortalecimento do instituto no Brasil. Após a promulgação da lei, a ACSP voltou a exercer papel de protagonismo ao criar uma **Câmara de Arbitragem** voltada especialmente às demandas empresariais, estimulando um modelo de solução de conflitos mais ágil, acessível e menos oneroso, sobretudo para pequenas e médias empresas. Essa atuação pioneira serviu de referência para outras associações comerciais e ajudou a consolidar a arbitragem como um instrumento amplamente reconhecido no país.

Com quatro anos de atuação, a CEMAAC já registra um número expressivo de procedimentos de mediação e arbitragem, muitos deles envolvendo valores compatíveis com a realidade de pequenas e médias empresas. Um nicho que, até então, perma-

necia à margem desse tipo de solução de conflitos.

Três décadas depois de sancionada, a Lei de Arbitragem segue como motivo de celebração: representa um marco legal sólido, que trouxe segurança jurídica às relações privadas e ajudou a consolidar, no empresariado brasileiro, uma mudança cultural rumo à justiça privada.

O desafio que permanece é ampliar esse alcance para quem mais precisa de agilidade e menos de burocracia: o pequeno e o médio empresário. É exatamente aí que reside o papel institucional de quem trabalha para tornar a arbitragem uma ferramenta acessível a todos, e não privilégio de poucos.

Para OpenAI, direitos autorais não podem barrar o progresso



Criadora do ChatGPT apresentou argumento dentro da ação movida pelo NYT

NOVA YORK E SEATTLE

Na sexta-feira passada, dia 4, documentos apresentados na disputa judicial entre o jornal americano The New York Times, de um lado, e a OpenAI e a Microsoft, de outro, mostraram os argumentos das partes sobre o caso de violação de **direitos autorais**. Houve alusões a poesia e artes plásticas, enquanto a OpenAI chegou a afirmar que o **direito autoral** não pode impedir o progresso.

Foi o último dia para apresentar, ao Tribunal Distrital do Distrito Sul de Nova York, as petições de rito sumário que poderão evitar a realização de um julgamento. Espera-se que o juiz Sidney H. Stein profira uma decisão nas próximas semanas.

De acordo com a agência de notícias Reuters, também na sexta-feira os jornais The Seattle Times e Newsday entraram com uma ação judicial contra a OpenAI e a Microsoft pelos mesmos motivos do NYT: o uso de conteúdo das publicações para treinar ferramentas de inteligência artificial (IA).

Na ação do NYT, iniciada em 2023 e à qual posteriormente se juntaram outras editoras, o jornal argumentou que, além de usar suas reportagens protegidas por **direito autoral** para treinar IA, a OpenAI hoje concorre com a imprensa como fonte de infor-

mação para as pessoas.

As petições apresentadas na sexta-feira resumiam-se, basicamente, a dois pontos: se as reportagens das editoras haviam sido "transformadas" pela IA em uma obra inteiramente nova e se a tecnologia produzia conteúdo que "substituíria" as reportagens e prejudicava o valor delas.

LOVELACE E WARHOL

Os advogados do NYT argumentaram que a OpenAI e a Microsoft copiaram ilegalmente as reportagens publicadas pelo jornal para treinar suas ferramentas de IA. Eles afirmaram ainda que os textos da publicação não haviam sido transformados pela IA e não estavam sujeitos às proteções do chamado "uso aceitável", previstas na legislação de **direitos autorais** dos Estados Unidos. Os advogados disseram ainda que as ferramentas de IA das empresas passaram a funcionar como um substituto para o conteúdo produzido pelo NYT.

"O futuro, não apenas do jornalismo, mas de uma IA responsável, depende de preservarmos os incentivos para que humanos produzam os trabalhos criativos dos quais uma sociedade saudável depende", afirmou o NYT na petição.

A Microsoft, por sua vez, argumentou que a atual lei americana de **direitos autorais** "não permite que os detentores de direitos bloqueiem tecnologias transformadoras" como a IA.

Já a OpenAI afirmou em sua petição que as novas tecnologias "colocam os acontecimentos ao alcance de qualquer um que desejar, da forma que for mais útil". E acrescentou: "Isso é progresso, e a lei de **direitos autorais** não pode ficar no caminho".

Continuação: Para OpenAI, direitos autorais não podem barrar o progresso



As petições das partes ainda abordaram nomes tão díspares como Lord Byron e Andy Warhol.

A Microsoft lembrou que Byron - o principal poeta romântico britânico do século XIX, para quem, segundo o documento, "a literatura e a ciência estavam em conflito" - era o pai de Ada Lovelace, reconhecida por muitos como a primeira cientista da computação.

Lovelace, afirmou a Microsoft, via os primeiros computadores como exemplos de "ciência poética" e como motores para o progresso e a criatividade. Na visão da gigante da tecnologia, as ferramentas de IA são a perfeita representação da "ciência poética" da pioneira da computação.

O NYT, por sua vez, lembrou que o artista plástico Andy Warhol violou a lei de **direitos autorais**. Ele usou uma fotografia do roqueiro Prince para fazer uma série de serigrafias. A Suprema Corte decidiu, em 2023, que isso não constituía uso aceitável de uma obra protegida.

No caso da ação judicial movida pelo Seattle Times e pelo Newsday, a Microsoft se disse surpresa e declarou que "reconhece a importância do jornalismo local" e que está disposta a discutir soluções.

Já a OpenAI afirmou só ter usado reportagens publicamente disponíveis.

Os dois jornais argumentam que as ferramentas de IA conseguiram contornar as barreiras (paywall) de seus sites e demandam uma ordem judicial para que todas as cópias de seu conteúdo armazenadas pelas empresas sejam destruídas, assim como as bases de dados usadas para treinar as IAs, informou a Reuters.

QUEIXA SOBRE RESUMO DE IA

As ações envolvendo **direitos autorais** e IA são recentes, e nenhuma delas já foi a julgamento.

As organizações de mídia argumentam que é impossível para a OpenAI e a Microsoft provar que seus produtos não prejudicam o mercado jornalístico. Segundo o NYT, quando os resultados de busca trocaram a apresentação de links por um resumo gerado por IA, o tráfego para seu site sofreu uma queda substancial.

Essa substituição é crucial para provar que os sistemas de IA não transformam os textos das reportagens em novas formas de expressão, argumentam o NYT e outras organizações de mídia.

A OpenAI, no entanto, afirma que o tráfego para os sites de notícias não foi afetado negativamente por seu chatbot, o ChatGPT. (Com The New York Times e agências internacionais)

Pagamento de US\$ 1,5 bi da Anthropic por livros pirateados gera briga entre autores e editoras



Milhares de escritores poderão receber até US\$ 3 mil por obra, porém contratos antigos e reivindicações sobre **direitos autorais** criaram impasse na divisão dos recursos

A quantia é gigantesca: US\$ 1,5 bilhão (R\$ 7,69 bilhões). Mas, enquanto milhares de autores aguardam sua parte no maior acordo judicial envolvendo **direitos autorais** da história dos Estados Unidos, firmado com a Anthropic - gigante de tecnologia que usou livros pirateados para treinar seu chatbot de inteligência artificial (IA) - , alguns acusam as editoras de tentar reduzir sua fatia do pagamento.

A criança não sai do celular? Novo sistema operacional do iPhone terá 'botão do castigo' Nyla Stone: a cantora de IA que virou fenômeno - e se envolveu em uma disputa com uma sócia real

A disputa vem ganhando visibilidade à medida que o administrador do acordo tenta esclarecer quem detém os direitos de alguns dos mais de 482 mil livros abrangidos pelo acordo firmado na ação coletiva, aprovado em julho por um juiz do Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia.

Para muitos desses títulos, a propriedade dos direitos é indiscutível. Mas, em diversas ocasiões, autores e editoras apresentaram reivindicações conflitantes ao administrador do acordo, que começou recentemente a informá-los sobre essas divergências, segundo Mary Rasenberger, CEO da Authors Guild, associação profissional que afirma ter mais

de 18 mil membros.

iPhone 18 Pro e dobrável: veja o que esperar dos preços e datas da próxima geração da Apple

Em entrevista na quinta-feira, Rasenberger disse que o processo de distribuição do acordo era propício a esse tipo de mal-entendido.

- Meu grande receio, quando tudo isso foi estruturado, era que nem todas as editoras mantêm registros precisos sobre quais livros tiveram os direitos revertidos [aos autores] - disse Rasenberger. - E, portanto, elas deveriam estar removendo esses títulos de seus catálogos.

Veja o que fazer: Vale a pena comprar um iPhone agora ou esperar pelos novos modelos da Apple?

Rasenberger disse não acreditar que as editoras estejam agindo de má-fé.

- Não vejo isso como uma tentativa das editoras de abocanhar o dinheiro - afirmou. - Não acho que elas estejam especificamente tentando prejudicar nenhum autor.

Autores podem receber até US\$ 3 mil por livro

Os autores poderão receber até US\$ 3 mil por cada livro que, segundo decisão judicial do ano passado, foi baixado e armazenado ilegalmente pela Anthropic durante o desenvolvimento de seu chatbot on-line, Claude. Mas eles terão de dividir o dinheiro com as editoras às quais concederam os direitos de seus livros e com coautores, de acordo com a Authors Guild, uma associação do setor.

Rasenberger disse que os percentuais foram definidos por um conselho da ação coletiva, que ouviu a associação e as editoras. Autores de livros didáticos receberão muito menos - em alguns casos, entre 10% e 15% do valor total - conforme estipulado pelos contratos firmados com suas editoras, afirmou.

- É entre os autores de livros didáticos que há muitos insatisfeitos neste momento - disse Rasenberger.

Entenda: Por que a invasão da Hugging Face deveria fazer você se preocupar mais com a IA

April Henry, autora best-seller do New York Times de mais de 30 livros de mistério e suspense para adolescentes e adultos, disse ter ficado perplexa ao acessar o portal de reivindicações do acordo e ver que a HarperCollins, sua antiga editora, havia reivindicado a propriedade parcial de seu primeiro livro, *Circles of Confusion*.

April, de 67 anos, disse em entrevista na quinta-feira que os direitos do livro, publicado em 1999, haviam voltado para ela em 2007.

- Eu pensei: bem, isso não está certo - disse ela, repetindo uma reclamação que havia feito nas redes sociais na quarta-feira.

Na mira: Tesla oferece corridas em carro sem volante, e regulador abre auditoria para checar padrões de segurança

Seu agente lhe forneceu uma carta confirmando que ela era a proprietária dos direitos do livro. April disse que enviou o documento ao portal. Quando voltou a consultar o sistema, afirmou ter descoberto que receberia os US\$ 3 mil integrais referentes àquele livro.

- Não acho que a Harper estivesse deliberadamente tentando me enganar - disse.

A HarperCollins se recusou a comentar. April disse que tem 22 títulos na lista de livros obtidos ilegalmente pela Anthropic e que esperava receber algo na faixa de US\$ 20 mil após a dedução das parcelas de suas editoras e coautores.

Inovação: OpenAI lança GPT-6 Astra, nova IA de fronteira que usa técnica controversa de raciocínio

Ter de dividir parte do acordo com uma editora era motivo de frustração para April. Ela disse que inicialmente havia sido informada de que os pagamentos poderiam começar a ser feitos em agosto, mas depois soube que isso talvez só aconteça mais tarde neste ano.

Como começou a disputa

A Association of American Publishers (Associação de Editores Americanos), uma entidade que representa a maioria das grandes editoras americanas e conta com centenas de associados, não se manifestou imediatamente na sexta-feira.

Em 2024, um grupo de autores entrou com uma ação coletiva contra a Anthropic depois de descobrir que a empresa, em busca de grandes volumes de textos digitais necessários para treinar tecnologias de IA, havia usado seus trabalhos sem pagar por eles e acumulado milhões de livros pirateados.

Aposta em modelos abertos: Nvidia compra plataforma de IA que foi invadida por 'hackers' da OpenAI por US\$ 13 bilhões

A Anthropic decidiu chegar a um acordo depois que um juiz abriu caminho para que o processo fosse a julgamento, concluindo que o roubo dos livros pela empresa dava aos autores motivos para levar a ação adiante.

Ao mesmo tempo, o juiz afirmou que o treinamento do chatbot da empresa com livros que ela havia adquirido legalmente constituía "uso justo" (fair use).

A Anthropic remeteu a uma declaração feita em maio por Aparna Sridhar, vice-diretora jurídica da empresa, enquanto o acordo passava pela etapa de aprovação final. "Estamos satisfeitos que mais de 91% dos autores e editoras abrangidos pelo acordo tenham reivindicado sua parte do pagamento e esperamos concluir este assunto", dizia a declaração.

Líderes de tecnologia pressionam G20 por 'data centers', mas divergem sobre risco da IA

A JND Legal Administration, administradora do acordo, não respondeu imediatamente aos pedidos de comentário feitos na quinta-feira. Um advogado dos autores da ação também não respondeu.

Caso lembra briga por royalties de Eminem

Kristelia García, professora da Georgetown Law especializada em **direitos autorais**, disse que a dinâmica da divisão dos recursos do acordo com a Anthropic lembrava uma ação judicial federal de 2007 sobre a distribuição de royalties digitais pelas músicas do rapper Eminem.

Produtores que descobriram Eminem processaram uma subsidiária do Universal Music Group e argumentaram que deveriam receber uma parcela maior dos royalties provenientes de downloads no iTunes e em outras lojas digitais. As duas partes chegaram a um acordo em 2012.

Entenda: Nova York vai proibir uso de IA nas escolas públicas no ensino fundamental

Nem todos os contratos de livros têm cláusulas que definem quem tem direito aos pagamentos de

Continuação: Pagamento de US\$ 1,5 bi da Anthropic por livros pirateados gera briga entre autores e editoras

acordos em casos de violação de **direitos autorais** ou às receitas provenientes de tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial, disse García.

- Então, acho que isso é simplesmente a indústria editorial vivendo uma espécie de momento do streaming, em que seus contratos não previram esse tipo de situação - afirmou.

Inteligência Artificial

Em disputa com NYT, OpenAI diz que direitos autorais não podem ficar no caminho do progresso



Jornal americano processa criadora do ChatGPT e Microsoft por estar terem usado reportagens no treinamento de ferramentas de IA

Na sexta-feira, dia 4, documentos apresentados na disputa entre o jornal americano The New York Times, de um lado, e a OpenAI e a Microsoft, de outro, mostraram os argumentos das partes sobre o caso de violação de **direitos autorais**. Houve alusões a poesia e artes plásticas, enquanto a OpenAI chegou a afirmar que o **direito autoral** não pode impedir o progresso.

Entenda: Por que a invasão da Hugging Face deveria fazer você se preocupar mais com a IAKaren Hao: 'A IA não é compatível com a democracia', diz autora de livro sobre a OpenAI

Foi o último dia para apresentar, ao Tribunal Distrital do Distrito Sul de Nova York, as petições de rito sumário que evitariam a realização de um julgamento. Espera-se que o juiz Sidney H. Stein profira uma decisão nas próximas semanas.

De acordo com a agência de notícias Reuters, também na sexta-feira os jornais The Seattle Times e Newsday entraram com ação contra a OpenAI e a Microsoft pelos mesmos motivos do NYT: o uso de conteúdo das publicações para treinar ferramentas de inteligência artificial (IA).

Na ação do NYT, iniciada em 2023 e à qual se juntaram outras editoras, o jornal argumentou que, além de usar suas reportagens protegidas por **direito autoral** para treinar IA, a OpenAI hoje con-

corre com a imprensa como fonte de informação.

As petições apresentadas na sexta-feira resumiam-se basicamente a duas questões: se as reportagens das editoras haviam sido "transformadas" pela IA em uma obra inteiramente nova e se a IA produzia conteúdo que "substituí" as reportagens e prejudicava o valor delas.

Os advogados do NYT argumentaram que a OpenAI e a Microsoft copiaram ilegalmente as reportagens para treinar suas ferramentas de IA. Eles afirmaram ainda os textos do jornal não haviam sido transformados pela IA e não estavam sujeitos às proteções do chamado "uso aceitável" previstas na legislação de **direitos autorais**. O jornal também afirmou que as ferramentas de IA das empresas funcionavam como um substituto para o conteúdo produzido pelo NYT.

Na Justiça: Editor do NYT acusa empresas de IA de 'roubo descarado' de informações

"O futuro, não apenas do jornalismo, mas de uma IA responsável, depende de preservarmos os incentivos para que humanos produzam trabalhos criativos", afirmou o NYT na petição.

A Microsoft, por sua vez, argumentou que a atual lei americana de **direitos autorais** "não permite que os detentores de direitos bloqueiem tecnologias transformadoras" como a IA.

Já a OpenAI afirmou em sua petição que as novas tecnologias colocam os acontecimentos ao alcance de todos. "Isso é progresso, e a lei de **direitos autorais** não pode ficar no caminho", acrescentou.

Mais um: Grok, de Elon Musk, ignora **direito autoral** e 'derruba' paywall no jornalismo

Byron, Ada Lovelace e Andy Warhol

As petições das empresas ainda abordaram nomes tão díspares como Lord Byron e Andy Warhol.

A Microsoft lembrou que Byron, o principal poeta romântico britânico do século XIX, para quem "a literatura e a ciência estavam em conflito", era o pai de Ada Lovelace, considerada por muitos a primeira cientista da computação.

Continuação: Em disputa com NYT, OpenAI diz que direitos autorais não podem ficar no caminho do progresso

Lovelace, afirmou a Microsoft, via os primeiros computadores como exemplos de "ciência poética" e ferramentas de progresso e criatividade - para a empresa, um paralelo com a IA.

O NYT, por sua vez, lembrou que o artista plástico Andy Warhol violou a lei de **direito autoral**. Ele usou uma fotografia do roqueiro Prince para fazer uma série de serigrafias. A Suprema Corte decidiu, em 2023, que isso não constituía uso aceitável de uma obra protegida.

No caso da disputa do Seattle Times e do Newsday, a Microsoft se disse surpresa e declarou que "reconhece a importância do jornalismo local" e que está disposta a discutir soluções.

Já a OpenAI afirmou só ter usado reportagens publicamente disponíveis.

Os dois jornais argumentam que as ferramentas de IA conseguiram contornar as barreiras (paywall) de seus sites e demandam uma ordem judicial para que todas as cópias de seu conteúdo armazenadas pelas empresas sejam destruídas, assim como as bases de dados usadas para treinar as IAs, informou a Reuters.

Inteligência Artificial Microsoft

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Arbitragem	1,2
Direitos Autorais	3,4,5,6,7,8,9